

## Maura Soares

---

**Assunto:** Consultation of CALRE members on the preparation of the European Commission Work Programme 20223 - PT

**Anexos:** image007.emz; CALRE Pilot Project WP 2023-Invitation to Participate CALRE Members\_Fin.pdf; Invitation\_CALRE\_Members\_WP2023\_PT.docx; Scoping\_Paper\_pt.docx

---

**De:** De Rudder Belinda <[Belinda.DeRudder@cor.europa.eu](mailto:Belinda.DeRudder@cor.europa.eu)> **Em Nome De** associations

**Enviada:** 2 de março de 2022 09:17

**Para:** associations <[associations@cor.europa.eu](mailto:associations@cor.europa.eu)>

**Cc:** presidency <[presidency@cor.europa.eu](mailto:presidency@cor.europa.eu)>

**Assunto:** Consultation of CALRE members on the preparation of the European Commission Work Programme 20223 - PT



Senhoras e Senhores Presidentes dos Parlamentos Regionais, Membros da CALRE,

Ao procurar solucionar os desafios que os nossos cidadãos enfrentam em muitas regiões da Europa, nomeadamente devido aos efeitos duradouros da pandemia de COVID-19, é nossa responsabilidade conjunta dar voz aos parlamentos e assembleias regionais e, em especial, àqueles com poderes legislativos, no processo de decisão a nível europeu. A via da UE para uma recuperação sustentável e uma maior capacidade de resistência requer o contributo e a participação dos níveis de governação mais próximos dos cidadãos.

No espírito do nosso acordo de cooperação de 2015, e na sequência dos intercâmbios bem-sucedidos com a nova Presidência da CALRE durante a reunião da Mesa em 25 de janeiro de 2022, convidamos V. Ex.<sup>as</sup> uma vez mais este ano a contribuir para o nosso projeto conjunto «Contributo dos debates realizados nos parlamentos regionais», que o CR e a CALRE lançaram em conjunto em 2019. À luz do êxito do exercício do ano passado, em que os contributos de treze membros da CALRE enriqueceram a Resolução do CR – Programa de trabalho da Comissão Europeia, esperamos poder contar com mais participantes este ano, que nos enviem os pontos de vista e as expectativas dos respetivos parlamentos relativamente ao programa de trabalho da Comissão Europeia para 2023.

O próximo ano será importante para uma série de iniciativas legislativas, nomeadamente com a prossecução da execução da via para a recuperação e a resiliência e do Pacto Ecológico Europeu, bem como com a conversão dos resultados da Conferência sobre o Futuro da Europa e das expectativas dos cidadãos expressas nesse contexto em melhorias concretas para o funcionamento da União Europeia.

A fim de facilitar o vosso contributo e proporcionar um quadro comum para organizar e avaliar os contributos dos parlamentos e assembleias regionais com poderes legislativos de Estados-Membros muito diferentes, apresentamos hoje um **conjunto de seis documentos de enquadramento temáticos** elaborados pelo Comité das Regiões Europeu (ver anexo). As questões levantadas nos referidos documentos deverão inspirar debates sobre políticas nos vossos parlamentos ou assembleias e facilitarão o tratamento das respostas, de forma a serem tidas em conta na elaboração da resolução do CR sobre o próximo programa de trabalho da Comissão Europeia. A resolução deverá ser adotada na reunião plenária do CR de 29 e 30 de junho de 2022.

Os documentos de enquadramento fornecem uma seleção de domínios, que os participantes podem escolher para debate em parte ou na totalidade. Naturalmente, estamos abertos a observações ou propostas para além dos domínios abrangidos pelos documentos de enquadramento.

**Solicitamos, por favor, que enviem o vosso contributo resultante dos respetivos debates de políticas até 1 de maio de 2022.** Este prazo é importante para garantir que os contributos são tidos em conta na resolução do CR, e tencionamos elaborar também um relatório com base numa compilação dos contributos recebidos. Se estiverem a planear um debate no respetivo parlamento ou assembleia e desejarem que um membro do CR participe nesse evento, queiram disso informar-nos o mais rapidamente possível, e tentaremos concretizar tal participação.

Aguardamos com expectativa o reforço da nossa cooperação e, através dela, da voz das regiões e dos seus parlamentos no debate europeu.

Apostolos Tzitzikostas  
Presidente  
Comité das Regiões Europeu

Jean-Claude Marcourt  
Presidente  
Conferência das Assembleias Legislativas  
Regionais da Europa

Anexo: Documentos de enquadramento

Les informations contenues dans ce message et/ou ses annexes sont réservées à l'attention et à l'utilisation de leur destinataire et peuvent être confidentielles.

Si vous n'êtes pas destinataire de ce message, vous êtes informé que vous l'avez reçu par erreur et que toute utilisation en est interdite.

Dans ce cas, vous êtes prié de le détruire et d'en informer l'émetteur.

The information in this message and/or attachments is intended solely for the attention and use of the intended recipient and may be confidential.

If you are not the intended recipient of this message, you are hereby notified that you have received it in error and that any use of it is prohibited.

In such a case, please delete this message and kindly notify the sender accordingly.



**European Committee  
of the Regions**



Brussels, *date of official registration*

PCAB/JSCH/bder – D/162 (2022)

Dear Presidents of Regional Parliaments, Members of CALRE,

In addressing the challenges our citizens are facing in many of Europe's regions, not least due to the lasting effects of COVID-19 pandemic, it is our joint responsibility to bring the voice of regional Parliaments and assemblies, and in particular those with legislative powers, into the decision-making process at European level. The EU's path to sustainable recovery and greater resilience requires input from, and participation of, the governance levels closest to the citizens.

In the spirit of our cooperation agreement of 2015, and following our fruitful exchanges with the new CALRE presidency during our Bureau meeting on 25 January 2022, we are inviting you once again this year to contribute to our joint project "Input from debates in regional parliaments", which the CoR and CALRE launched together in 2019. Building on the success of the exercise last year, where 13 CALRE members enriched the CoR Resolution on the European Commission's Work Programme, we hope that even more of you will participate this year by sending us your Parliament's views and expectations for the European Commission Work Programme 2023.

Next year will be an important year for a number of legislative initiatives, notably with the continued implementation of the Recovery and Resilience pathway and the European Green Deal, as well as translating the results of the Conference on the Future of Europe, and citizens' expectations expressed in that context, into concrete improvements for the functioning of the European Union.

In order to facilitate your contributions, and to provide a common framework to organise and assess input from regional Parliaments and assemblies with legislative powers from many different Member States, we are providing you today with a **set of 6 thematic 'scoping papers'** prepared by the European Committee of the Regions (see annex). The questions raised in these papers should help to inspire political debates in your Parliament or assembly, and will facilitate the processing of your responses, so that they can be reflected in the preparation of the CoR Resolution on the next European Commission Work Programme. This Resolution is scheduled to be adopted in the CoR's Plenary session on 29-30 June 2022.

The scoping papers provide a selection of policy areas, and you are welcome to select any or all of them for debate. Of course, we also welcome any observations or suggestions beyond the areas covered by the scoping papers. **You will receive a version of the scoping papers translated into the languages of CALRE members by 4 March 2022.**

**We would be very grateful if you could send us your contributions based on your political debates by 1 May 2022.** This deadline is necessary to ensure that your input can be taken into account in the CoR Resolution, and we intend to also prepare a report based on a compilation of the contributions received. If you are planning a debate in your Parliament or assembly and you would like a CoR member to participate in such an event, please let us know as soon as possible and we will try to facilitate such a participation.

We look forward to further strengthening our cooperation and through it the voice of regions and their Parliaments in the European debate.

Signed

Apostolos Tzitzikostas  
President  
European Committee of the Regions

Signed

Jean-Claude Marcourt  
President  
Conference of European Regional  
Legislative Assemblies

Encl.: Scoping papers



**Comité das Regiões  
Europeu**



Bruxelas, *data de registo oficial*

PCAB/JSCH/bder – D/162 (2022)

Senhoras e Senhores Presidentes dos Parlamentos Regionais, Membros da CALRE,

Ao procurar solucionar os desafios que os nossos cidadãos enfrentam em muitas regiões da Europa, nomeadamente devido aos efeitos duradouros da pandemia de COVID-19, é nossa responsabilidade conjunta dar voz aos parlamentos e assembleias regionais e, em especial, àqueles com poderes legislativos, no processo de decisão a nível europeu. A via da UE para uma recuperação sustentável e uma maior capacidade de resistência requer o contributo e a participação dos níveis de governação mais próximos dos cidadãos.

No espírito do nosso acordo de cooperação de 2015, e na sequência dos intercâmbios bem-sucedidos com a nova Presidência da CALRE durante a reunião da Mesa em 25 de janeiro de 2022, convidamos V. Ex.<sup>as</sup> uma vez mais este ano a contribuir para o nosso projeto conjunto «Contributo dos debates realizados nos parlamentos regionais», que o CR e a CALRE lançaram em conjunto em 2019. À luz do êxito do exercício do ano passado, em que os contributos de treze membros da CALRE enriqueceram a Resolução do CR – Programa de trabalho da Comissão Europeia, esperamos poder contar com mais participantes este ano, que nos enviem os pontos de vista e as expectativas dos respetivos parlamentos relativamente ao programa de trabalho da Comissão Europeia para 2023.

O próximo ano será importante para uma série de iniciativas legislativas, nomeadamente com a prossecução da execução da via para a recuperação e a resiliência e do Pacto Ecológico Europeu, bem como com a conversão dos resultados da Conferência sobre o Futuro da Europa e das expectativas dos cidadãos expressas nesse contexto em melhorias concretas para o funcionamento da União Europeia.

A fim de facilitar o vosso contributo e proporcionar um quadro comum para organizar e avaliar os contributos dos parlamentos e assembleias regionais com poderes legislativos de Estados-Membros muito diferentes, apresentamos hoje um **conjunto de seis documentos de enquadramento temáticos** elaborados pelo Comité das Regiões Europeu (ver anexo). As questões levantadas nos referidos documentos deverão inspirar debates sobre políticas nos vossos parlamentos ou assembleias e facilitarão o tratamento das respostas, de forma a serem tidas em conta na elaboração da resolução do CR sobre o próximo programa de trabalho da Comissão Europeia. A resolução deverá ser adotada na reunião plenária do CR de 29 e 30 de junho de 2022.

Os documentos de enquadramento fornecem uma seleção de domínios, que os participantes podem escolher para debate em parte ou na totalidade. Naturalmente, estamos abertos a observações ou propostas para além dos domínios abrangidos pelos documentos de enquadramento. **Até 4 de março de 2022, será enviada uma versão dos referidos documentos traduzidos em todas as línguas dos membros da CALRE.**

**Solicitamos, por favor, que enviem o vosso contributo resultante dos respetivos debates de políticas até 1 de maio de 2022.** Este prazo é importante para garantir que os contributos são tidos em conta na resolução do CR, e tencionamos elaborar também um relatório com base numa compilação dos contributos recebidos. Se estiverem a planear um debate no respetivo parlamento ou assembleia e desejarem que um membro do CR participe nesse evento, queiram disso informar-nos o mais rapidamente possível, e tentaremos concretizar tal participação.

Aguardamos com expectativa o reforço da nossa cooperação e, através dela, da voz das regiões e dos seus parlamentos no debate europeu.

Apostolos Tzitzikostas  
Presidente  
Comité das Regiões Europeu

Jean-Claude Marcourt  
Presidente  
Conferência das Assembleias Legislativas  
Regionais da Europa

Anexo: Documentos de enquadramento



**Direção dos Membros, Reuniões Plenárias e Estratégia**

*Unidade A.I*

*Prospetiva, planeamento estratégico, relações interinstitucionais*

**Consulta dos membros da CALRE sobre a elaboração do programa de trabalho da Comissão Europeia para 2023**

**DOCUMENTOS DE ENQUADRAMENTO**

Na terceira edição da consulta conjunta CR-CALRE sobre o programa de trabalho da Comissão Europeia, o CR convidou, mais uma vez, os membros do CALRE a partilharem as suas opiniões e sugestões sobre o impacto e as respostas às iniciativas políticas propostas para 2022, bem como sobre as expetativas em relação ao **programa de trabalho para 2023**. Para facilitar este processo, o CR, com base na sua Resolução sobre o Programa de Trabalho, adotada em 2 de dezembro de 2021, identificou uma série de domínios de intervenção importantes abrangidos pela sua atividade, relativamente aos quais o contributo dos membros da CALRE seria extremamente valioso.

O presente documento contém uma lista de seis documentos de orientação sobre os temas sugeridos pelo CR, como sendo os mais relevantes para os parlamentos e assembleias regionais com poderes legislativos. Cada tema é apresentado com uma introdução geral e informações adicionais sobre subtemas específicos que os membros da Conferência das Assembleias Legislativas Regionais da Europa (CALRE) poderão desejar examinar, bem como várias perguntas concretas relativas às temáticas sugeridas.

Eis os temas sugeridos:

- 1. Revisão intercalar da aplicação do Pacto Ecológico**
- 2. Acompanhamento da Conferência sobre o Futuro da Europa: Subsidiariedade ativa**
- 3. Proposta de um mecanismo permanente da UE de diálogo com os cidadãos**
- 4. União Europeia da Saúde**
- 5. Transportes sustentáveis**
- 6. Transição digital**
- 7. Política da juventude**

## **Tema político 1: revisão intercalar da aplicação do Pacto Ecológico**

Mais de dois anos após o lançamento do Pacto Ecológico, foi proposta e/ou revista uma série de estratégias, iniciativas e textos legislativos. É chegado o momento de fazer um balanço da forma como o Pacto Ecológico está a ser aplicado nos territórios da UE e de identificar os elementos em falta para assegurar o seu sucesso. 2023 será um ano crucial para garantir que o quadro do Pacto Ecológico está concluído e pronto a ser executado a longo prazo ("O Pacto Ecológico depois do Pacto Ecológico").

### **Subtemas:**

#### **Regulamento relativo à União da Energia, quadro estável, saúde, género**

- Do Regulamento relativo à Governação da União da Energia até um Regulamento relativo à Governação do Pacto Ecológico: rumo a uma profunda revisão do Regulamento (UE) 2018/1999, de 11 de dezembro de 2018, relativo à Governação da União da Energia e da Ação Climática
- Criação de um quadro estável da UE para o Pacto Ecológico, para além do mandato atual da Comissão Europeia (O Pacto Ecológico após o Pacto Ecológico)
- O Pacto Ecológico e a saúde: uma estratégia conjunta para o planeta e os habitantes, baseada na Estratégia Global da OMS sobre Saúde, Ambiente e Alterações Climáticas das Nações Unidas
- O Pacto Ecológico e o género: integrar uma abordagem da agenda do Pacto Ecológico que tenha em conta a dimensão do género

### **Questões fundamentais a ponderar pelos membros da CALRE**

1. Quais são, em seu entender, as lacunas e insuficiências do programa de trabalho da Comissão para 2022 nesta área de políticas, na perspetiva das regiões e municípios?
2. Que instrumentos adicionais a nível da UE poderia sugerir para serem desenvolvidos no programa de trabalho para 2023?
3. Como a definiria, na perspetiva da sua região, o impacto específico deste domínio de intervenção (e as iniciativas políticas da UE propostas) e que parâmetros escolheria para estabelecer uma avaliação objetiva das propostas?
4. Como assegurar uma maior capacidade de previsão, preparação e resposta a situações de crise a nível local/regional neste domínio de intervenção?
5. Quais são os obstáculos que se opõem a uma execução eficaz das políticas da UE neste domínio a nível regional?
6. Quais as suas sugestões para uma ação de acompanhamento das propostas incluídas no programa de trabalho da Comissão Europeia para 2022?
7. Que contributo específico é que a sua região planificou em prol do desenvolvimento e implementação da política da UE neste domínio e como se poderia relacionar a nível da UE com a ação conjunta de outros intervenientes subnacionais, nomeadamente em cooperação com o Comité Europeu das Regiões?



8. A sua região gostaria de fazer alguma outra observação?

**Tema político 2: acompanhamento da Conferência sobre o Futuro da Europa (COFE): subsidiariedade ativa e uma proposta para um mecanismo permanente de diálogo com os cidadãos**

Em 2022 terminará o mandato oficial da Conferência sobre o Futuro da Europa e a questão-chave que se coloca para os próximos anos é como é que, neste contexto, os resultados das interlocuções com cidadãos da UE, tanto em termos dos assuntos debatidos como dos novos processos implementados, serão transformados em alterações tangíveis e duradouras do sistema a nível da UE.

**Subtemas: diálogo permanente estruturado com os cidadãos**

Tal como indicado no seu programa de trabalho para 2022, a Comissão está empenhada em acompanhar as recomendações que serão adotadas pela Conferência sobre o Futuro da Europa (COFE), que termina em maio do presente ano. Uma grande parte das recomendações relativas à democracia europeia, debatidas atualmente em vários componentes e órgãos da COFE, dizem respeito ao reforço da dimensão participativa da democracia europeia através da interação estruturada entre os cidadãos e as instituições da UE, incluindo a criação e a realização de assembleias periódicas de cidadãos. As autoridades regionais e locais são parceiros fundamentais da participação dos cidadãos. São, principalmente, desenvolvidas práticas participativas, que estão na origem dos resultados mais concretos a estes níveis. As regiões e municípios também organizaram a maioria dos quase 5.000 diálogos e eventos com cidadãos, no contexto da Conferência sobre o Futuro da Europa (COFE). Qualquer ferramenta destinada a estruturar a participação dos cidadãos no quadro da UE não deve negligenciar a dimensão territorial.

É crucial criar um sistema adequado para interligar os diferentes níveis de governação na conceção de um mecanismo participativo da UE permanente e estruturado, que vise um diálogo regular com os cidadãos na tomada de decisões e na elaboração de políticas na UE. Esse mecanismo participativo ou assembleia de cidadãos da UE deve estar associado a nível local, regional e nacional e adotar uma abordagem de base local.

São, igualmente, bem-vindos quaisquer outros tópicos referentes ao acompanhamento da Conferência com vista a reforçar o subsidiariedade ativa.

**Questões fundamentais a ponderar pelos membros da CALRE**

1. Quais são, em seu entender, as lacunas e insuficiências do programa de trabalho da Comissão para 2022 nesta área de políticas, na perspetiva das regiões e municípios?
2. Que instrumentos adicionais a nível da UE poderia sugerir para serem desenvolvidos no programa de trabalho para 2023?
3. Como a definiria, na perspetiva da sua região, o impacto específico deste domínio de

intervenção (e as iniciativas políticas da UE propostas) e que parâmetros escolheria para estabelecer uma avaliação objetiva das propostas?

4. Como assegurar uma maior capacidade de previsão, preparação e resposta a situações de crise a nível local/regional neste domínio de intervenção?
5. Quais são os obstáculos que se opõem a uma execução eficaz das políticas da UE neste domínio a nível regional?
6. Quais as suas sugestões para uma ação de acompanhamento das propostas incluídas no programa de trabalho da Comissão Europeia para 2022?
7. Que contributo específico é que a sua região planificou em prol do desenvolvimento e implementação da política da UE neste domínio e como se poderia relacionar a nível da UE com a ação conjunta de outros intervenientes subnacionais, nomeadamente em cooperação com o Comité Europeu das Regiões?
8. A sua região gostaria de fazer alguma outra observação?

### Tema político 3: União Europeia da Saúde

A pandemia de COVID-19, que perdura há mais de dois anos, tem vindo a recordar os Estados-Membros da UE, de modo dramático, da necessidade de refletir – individualmente e em conjunto – sobre a forma de aumentar a sua resiliência em matéria de saúde, entendida como a capacidade de resistência e de resposta a impactos, mantendo as suas funções de rotina. A pandemia de COVID-19 tem colocado os sistemas de saúde sob uma enorme pressão e mais de 920.000 europeus perderam a vida prematuramente<sup>1</sup>. O aumento, sem precedentes, da procura de cuidados intensivos levou os hospitais ao ponto de rutura, com os trabalhadores do setor da saúde sobrecarregados até ao limite e o esgotamento dos recursos médicos. No entanto, o impacto da pandemia foi sentido de forma desigual na Europa, revelando diferenças acentuadas na capacidade de reação entre as áreas rurais e urbanas, tal como relatado no Barómetro Regional e Local Anual do CR<sup>2</sup>. Embora a pandemia esteja longe de terminar, a UE deve retirar lições desta crise e tornar-se mais resistente a futuros choques.

Isso pressupõe uma profunda mudança de mentalidade, bem como uma nova forma de conceber a resiliência em matéria de saúde, sendo uma responsabilidade e competência partilhadas. Tal como as doenças não conhecem fronteiras, a política de saúde da UE. O que os europeus desejam<sup>3</sup> é uma verdadeira União Europeia da Saúde, capaz de gerir todos os grandes desafios no domínio da saúde, desde a prevenção à educação, investigação, monitorização, deteção e combate de ameaças para a saúde.

Os painéis de cidadãos e o grupo de trabalho da Conferência sobre o Futuro da Europa apelam abertamente a uma alteração do Tratado, a fim de melhor refletir a divisão do trabalho e das responsabilidades entre os diferentes níveis de governação no domínio da saúde pública. As regiões com poderes legislativos devem desempenhar um papel de liderança no debate sobre como deveria ser o futuro da arquitetura da UE em matéria de saúde e como a União pode apoiar da melhor maneira as autoridades regionais na preparação e resposta a impactos negativos de grandes proporções na saúde.

#### **Subtemas:**

**Resiliência, cooperação transfronteiriça, coordenação a nível da UE**

**Resiliência na saúde:** conceção e prestação de cuidados de saúde capazes de resistir a choques. Uma metodologia de painel de indicadores e/ou de teste de resistência para analisar as vulnerabilidades e detetar onde se fazem sentir as mudanças mais prementes.

<sup>1</sup> Fonte: <https://www.ecdc.europa.eu/en/cases-2019-ncov-eueea> data: 20/01/2021

<sup>2</sup> <https://cor.europa.eu/pt/our-work/Pages/EURegionalBarometer-2021.aspx>

<sup>3</sup> Ver, por exemplo, o mais recente [Barómetro especial](#) onde 74% dos europeus reclamam mais Europa no domínio da saúde

**Cooperação no domínio dos cuidados de saúde nas regiões fronteiriças** – parcialmente abrangida pela Diretiva [2011/24/UE](#) e implementada através de programas INTERREG<sup>4</sup>, esta cooperação merece ser reforçada e facilitada para apoiar regiões em ambos os lados de uma fronteira, alargando o âmbito da cooperação, tornando as disposições menos burocráticas e mais estáveis, particularmente, no que diz respeito aos cuidados de emergência.

**Calendário e boletim de vacinação comuns da UE** – A pandemia de COVID-19 destacou as marcadas diferenças existentes nas regiões e estados da UE em termos do sucesso das campanhas de vacinação. Além disso, existem também outras vacinas que não as que combatem a COVID – fundamentais para a saúde e bem-estar da população europeia – e que merecem atenção e uma abordagem harmonizada. As reflexões sobre como melhorar a cobertura da vacinação e alcançar a imunidade de grupo na União poderiam focar-se, por exemplo, em elementos, tais como o alinhamento dos calendários de vacinação ou os boletins de vacinas eletrónicos para todas as crianças da UE.

#### **Questões fundamentais a ponderar pelos membros da CALRE**

1. Quais são, em seu entender, as lacunas e insuficiências do programa de trabalho da Comissão para 2022 nesta área de intervenção, na perspetiva das regiões e municípios?
2. Que instrumentos adicionais a nível da UE poderia sugerir para serem desenvolvidos no programa de trabalho para 2023?
3. Como a definiria, na perspetiva da sua região, o impacto específico deste domínio de intervenção (e as iniciativas políticas da UE propostas) e que parâmetros escolheria para estabelecer uma avaliação objetiva das propostas?
4. Como assegurar uma maior capacidade de previsão, preparação e resposta a situações de crise a nível local/regional neste domínio de intervenção?
5. Quais são os obstáculos que se opõem a uma execução eficaz das políticas da UE neste domínio a nível regional?
6. Quais as suas sugestões para uma ação de acompanhamento das propostas incluídas no programa de trabalho da Comissão Europeia para 2022?
7. Que contributo específico é que a sua região planificou em prol do desenvolvimento e implementação da política da UE neste domínio e como se poderia relacionar a nível da UE com a ação conjunta de outros intervenientes subnacionais, nomeadamente em cooperação com o Comité Europeu das Regiões?
8. A sua região gostaria de fazer alguma outra observação?

4

Tais como: [https://www.interregeurope.eu/policylearning/news/13129/cross-border-healthcare/?no\\_cache=1&cHash=93d986f7f23faa8f1471f7d9c67c509d](https://www.interregeurope.eu/policylearning/news/13129/cross-border-healthcare/?no_cache=1&cHash=93d986f7f23faa8f1471f7d9c67c509d)

#### Tema político 4: transportes sustentáveis

Tornar o transporte rodoviário mais sustentável é um dos elementos centrais do pacote ['Preparados para os 55'](#), publicado em julho de 2021. As medidas legislativas propostas terão efeitos profundos a nível territorial e implicam, por isso, diretamente os órgãos de poder local e regional. Devem ser analisadas, em particular as propostas referentes ao transporte rodoviário, quanto ao seu impacto nas regiões e cidades da UE.

#### Subtemas

- **Reforço das normas de desempenho em matéria de emissões de CO<sub>2</sub>**
- **Criação de uma infraestrutura para combustíveis alternativos**

O pacote Preparados para os 55 contém uma proposta para um "[Regulamento que fixa as normas de desempenho em matéria de emissões de CO<sub>2</sub> para os novos veículos de passageiros e veículos comerciais ligeiros](#)", visando introduzir normas mais rigorosas para os veículos em matéria de emissões de CO<sub>2</sub>, comparativamente ao anterior regulamento, o que requer que **em 2035 todos os veículos sejam geradores de emissões nulas**. Isso significa, na prática, o fim do motor de combustão convencional, o que, por seu turno, afeta consideravelmente a indústria automóvel europeia e as regiões importantes em termos de produção automóvel.

Ao mesmo tempo, deve ser encarada como uma prioridade a implantação desigual da infraestrutura para **combustíveis alternativos** e de reabastecimento, tendo, por isso, sido apresentada pela Comissão Europeia uma proposta de revisão da "[Diretiva relativa à criação de uma infraestrutura para combustíveis alternativos](#)". Existem dois principais motivos de preocupação para os órgãos de poder local e regional:

- a nova "norma relativa a emissões zero de CO<sub>2</sub>" para os veículos terá um grande impacto social e económico sobre a indústria automóvel e as regiões importantes em termos de produção automóvel na União, que necessita de ser abordado num quadro justo de transição.
- A disponibilização de infraestruturas para combustíveis alternativos e de recarga em todas as regiões (urbanas, rurais, periféricas, insulares) é extremamente importante para a coesão territorial e social.

Embora não coloque em causa a necessidade de estabelecimento de normas rigorosas em matéria de emissões aplicáveis aos veículos rodoviários, para se atingir o objetivo da neutralidade de carbono, o CR exige um **mecanismo justo de transição para as regiões relevantes em termos de produção automóvel**, com base numa exaustiva avaliação do impacto territorial, a par de políticas e de apoio orçamental para as regiões mais afetadas. Tendo em conta que o setor automóvel europeu continua a ser uma fonte do emprego

industrial (6% do emprego europeu, 2.500 PME), a transformação previsível do setor afetará muitas regiões, sendo necessário um quadro para assegurar que nenhuma região fica para trás.

Relativamente à criação de uma **infraestrutura de combustíveis alternativos e de reabastecimento**, o aspeto que se reveste de maior importância, com a maior dimensão territorial, é a disponibilização de uma plataforma interoperacional na União. Atualmente a implantação é muito desigual na UE. É crucial que nenhuma região seja deixada para trás no fornecimento da infraestrutura para combustíveis alternativos e que a transformação do transporte rodoviário e do setor automóvel se processe de forma justa e equitativa.

### **Questões fundamentais a ponderar pelos membros da CALRE**

1. Quais são, em seu entender, as lacunas e insuficiências do programa de trabalho para 2022 em termos da abordagem da descarbonização do transporte rodoviário e da transformação da indústria automóvel, na perspetiva das regiões e municípios?
2. Que instrumentos adicionais a nível da UE poderia sugerir para serem desenvolvidos no programa de trabalho para 2023?
3. Como a definiria, na perspetiva da sua região, o impacto específico deste domínio de intervenção (e as iniciativas políticas da UE propostas) e que parâmetros escolheria para estabelecer uma avaliação objetiva das propostas?
4. Como assegurar uma maior capacidade de previsão, preparação e resposta a situações de crise a nível local/regional neste domínio de intervenção?
5. Quais são os obstáculos que se opõem a uma execução eficaz das políticas da UE neste domínio, a nível regional, particularmente no que diz respeito à criação de uma infraestrutura de combustíveis alternativos e de reabastecimento?
6. Quais as suas sugestões para uma ação de acompanhamento das propostas incluídas no programa de trabalho da Comissão Europeia para 2022?
7. Que contributo específico é que a sua região planificou em prol do desenvolvimento e implementação da política da UE neste domínio e como se poderia relacionar a nível da UE com a ação conjunta de outros intervenientes subnacionais, nomeadamente em cooperação com o Comité Europeu das Regiões?
8. Quais são os elementos-chave para se alcançar uma transição justa nas regiões que dependem da indústria automóvel e de fornecimento?
9. A transformação do setor automóvel precisará de um enquadramento à escala da UE para dar resposta à necessidade de requalificação e de melhoria das competências dos trabalhadores. A sua região prevê um diálogo social com todos os intervenientes relevantes sobre as competências e o emprego para preparar a sua zona territorial e o seu tecido empresarial, no sentido de fornecerem as aptidões pertinentes e anteciparem a procura futura, com vista a assegurar a competitividade e a inovação?
10. A sua região gostaria de fazer alguma outra observação?





## Tema político 5: transição digital

Os cidadãos da UE retiraram várias lições da pandemia de COVID-19, nomeadamente que a tecnologia é um instrumento fundamental para a adaptação a desafios que afetam todas as esferas da sociedade. As tecnologias digitais tornaram-se agora um imperativo para trabalhar, aprender, para a área do entretenimento, para socializar, fazer compras e aceder a serviços como a saúde e a cultura. A pandemia expôs, igualmente, uma fratura digital crescente entre as zonas urbanas bem conectadas e as zonas rurais com menor conectividade, bem como entre os que sabem navegar no espaço digital e os que não sabem. A disponibilização e a acessibilidade da tecnologia digital estão, por isso, a ter um crescente sobre a coesão na UE.

### Subtema: a eliminação da fratura digital na Europa

O papel proeminente da tecnologia digital na resposta e na criação de resiliência à COVID-19 pôs em evidência as limitações a nível das infraestruturas e da literacia digitais e tornou ainda mais pronunciada as **fraturas digitais** entre os municípios e as regiões rurais. O termo «fratura digital» refere-se a «diferentes níveis de acesso e utilização das tecnologias da informação e comunicação (TIC) e, mais especificamente, às lacunas no acesso e utilização de serviços digitais baseados na Internet»<sup>5</sup>. As variáveis que indicam uma fratura digital estão associadas à zona geográfica (como áreas rurais e urbanas), género, idade, nível de competências, dimensão da empresa e vulnerabilidade dos grupos sociais.

O mais recente Barómetro Regional e Local Anual da UE (2021)<sup>6</sup> apresenta amplas provas de que as lacunas digitais existentes não estão a diminuir, mas, pelo contrário, estão a aumentar. Apresenta exemplos de lacunas digitais em quatro componentes fundamentais da transformação digital na UE: 1) infraestruturas digitais seguras e sustentáveis, 2) competências, 3) digitalização dos serviços públicos e 4) transformação digital das empresas.

O CR recomendou algumas alterações na sua Resolução relativa ao programa de trabalho para 2022 da Comissão Europeia<sup>7</sup>, congratulando a "*ambição da Comissão de alcançar os objetivos estabelecidos nas Orientações para a Digitalização até 2030*", e apelando à "*integração da coesão digital como dimensão complementar da coesão económica, social e territorial nas políticas da UE*", deplorando embora "*a falta de indicadores relevantes a*

<sup>5</sup> «Bridging Connectivity Divides» [Colmatar lacunas de conectividade]. OCDE - *Digital Economy Papers*, n.º 315, Publicações da OCDE, Paris, 2021.  
Disponível em linha: <https://doi.org/10.1787/e38f5db7-en>

<sup>6</sup> O Relatório sobre o Barómetro 2021 está disponível em: <https://cor.europa.eu/en/our-work/Documents/barometer-fullreport%20web.pdf>

<sup>7</sup> Resolução do CR 5507/2021, adotada na 147.ª reunião plenária do CR, em 1-2 de dezembro de 2021

*nível local e regional para acompanhar os objetivos da Década Digital para 2030;"*

O CR prosseguirá com o seu trabalho político e analítico relativamente às questões acima mencionadas, através das seguintes atividades/iniciativas:

- O parecer do CR relativo à “Coesão Digital” (relator Gaetano Armao (IT/PPE)), cuja adoção está prevista para a reunião plenária do CR em 12-13 de outubro de 2022, aborda as causas da crescente fratura digital, os desafios enfrentados pelos municípios, pelas regiões, pelas empresas e pelos cidadãos no âmbito da transição digital e as formas como a UE se pode tornar mais coesa em matéria de transformação digital.
- Um estudo de prospetiva territorial do CR sobre a eliminação da fratura digital e a promoção da coesão digital, no contexto da Comunicação da Comissão em matéria de Orientações relativamente à futura digitalização dos serviços públicos. O estudo e o processo de debate de acompanhamento deverão fornecer elementos comprovativos e o impulso político para o futuro trabalho prospetivo da UE (ou seja, através da rede do ESPAS, nomeadamente sob a forma de um documento do CR sobre as ideias expressas pelo ESPAS, e como um contributo do CR para o relatório anual de prospetiva estratégica da Comissão).
- O trabalho em curso sobre os indicadores digitais locais e regionais (LORDI) no quadro do movimento Living-in.EU<sup>8</sup>: em conjunto com CE DG CNECT, o CCI e a ESPON, o CR está a contribuir para o desenvolvimento de um grupo específico de indicadores que permitem às autoridades mensurar a transformação digital a nível local e regional. Os LORDI podem, então, complementar e/ou substituir o índice de digitalidade da economia e da sociedade (IDES), a nível regional, para avaliar a prossecução dos objetivos das Orientações para a Digitalização até 2030 e contribuir para o processo do Semestre Europeu.

#### **Questões fundamentais a ponderar pelos membros da CALRE**

1. Quais são, em seu entender, as lacunas e insuficiências do programa de trabalho da Comissão para 2022 no que diz respeito à transformação digital, na perspetiva das regiões e municípios?
2. Que instrumentos/áreas de intervenção adicionais a nível da UE poderia sugerir para serem desenvolvidos no programa de trabalho para 2023? De que outras melhorias é que as políticas existentes da UE devem ser alvo?
3. Como definiria, na perspetiva da sua região, o impacto específico da política digital da UE (e das iniciativas políticas da UE propostas) e que indicadores escolheria para uma avaliação do seu impacto?
4. Como assegurar uma maior capacidade de previsão, preparação e resposta a situações de

<sup>8</sup>

<https://living-in.eu>

crise a nível local/regional no domínio da política digital?

5. Que medidas devem ser tomadas para permitir aos cidadãos explorar todo o potencial da transformação digital?
6. Quais são os obstáculos que se opõem a uma execução eficaz das Orientações para a Digitalização até 2030, a nível regional?
7. Quais as suas sugestões para uma ação de acompanhamento das propostas incluídas no programa de trabalho da Comissão Europeia para 2022?
8. Que contributo específico é que a sua região planeia empreender em matéria da transformação digital e como se poderia relacionar a nível da UE com a ação conjunta de outros intervenientes subnacionais, nomeadamente em cooperação com o Comité Europeu das Regiões?
9. Promove e investe na transformação digital em prol de uma utilização mais inteligente das tecnologias digitais limpas e como é que as suas iniciativas no domínio da transformação digital estão relacionadas com os objetivos energéticos e ambientais?
10. De que modo é que a sua região avalia e monitoriza a transformação digital e que passos está a tomar para alcançar os objetivos estabelecidos nas Orientações para a Digitalização até 2030?
11. A sua região gostaria de fazer alguma outra observação?

## **Tema político 6: política da juventude**

2022 foi designado como o **Ano Europeu da Juventude** pela Comissão Europeia, com o intuito de empoderar e apoiar os jovens, escutando, participando e promovendo oportunidades concretas para os mesmos. Apesar deste anúncio, o programa de trabalho para 2022 da Comissão Europeia careceu de iniciativas concretas em matéria da política de juventude. O único importante projeto que foi apresentado para 2022 consistiu na criação de um novo programa de mobilidade para os jovens mais desfavorecidos que não estão integrados no sistema de educação, emprego ou formação (NEET). Este programa, designado ALMA (Aim, Learn, Master, Achieve), será implementado pelos Estados-Membros e financiado pelo FSE+. No entanto, podemos prever que, durante o ano, a política da juventude venha a estar no centro da agenda política.

### **Subtema: medidas de acompanhamento do Ano Europeu da Juventude 2022**

Neste contexto, o programa do trio de presidências do Conselho FR-CZ-SE afirma a sua intenção de envidar os seus esforços para apoiar as iniciativas de jovens, enquanto que a comunicação sobre o AEJ2022 declara que o relatório sobre a implementação do Ano Europeu da Juventude deverá conduzir a **ideias para novos esforços comuns** no domínio da juventude, com vista a dar origem a um legado duradouro que perdure neste ano.

Novas propostas serão, assim, prováveis de ser apresentadas, especialmente em matérias como **integração de questões ligadas à juventude, a participação dos jovens na vida cívica, o emprego e a mobilidade**. É, por isso, necessário identificar potenciais medidas de acompanhamento que a UE deveria incluir no seu programa de trabalho para 2023 nestas quatro áreas.

### **Questões fundamentais a ponderar pelos membros da CALRE**

1. Quais são, em seu entender, as lacunas e insuficiências do programa de trabalho da Comissão para 2022 nesta área de políticas, na perspetiva das regiões e municípios?
2. Que instrumentos adicionais a nível da UE poderia sugerir para serem desenvolvidos no programa de trabalho para 2023, com o intuito de promover a incorporação da juventude, a mobilidade, o emprego e a participação na vida cívica?
3. Como definiria na perspetiva da sua região o impacto específico das políticas da juventude (e das iniciativas políticas da UE propostas) e que parâmetros escolheria para estabelecer uma avaliação objetiva das propostas?
4. Como é que o Ano Europeu da Juventude 2022 contribuiu para o bem-estar e a participação dos jovens na vida cívica da sua região?
5. A sua região tomou recentemente algumas medidas para reforçar a participação dos jovens na vida cívica ou na tomada de decisão formal ou informal?
6. A Garantia Europeia da Juventude contribuiu para aliviar o desemprego juvenil na sua

região? O que seriam boas práticas e que falhas podem ser apontadas?

7. Como é que as regiões e localidades poderiam reforçar o envolvimento da juventude na elaboração das suas políticas?
8. Como é que as regiões e municípios ajudam a promover os valores europeus e os conhecimentos sobre a UE, bem como o seu funcionamento junto das gerações mais jovens?
9. Há algumas sugestões que gostassem de apresentar sobre a forma como o programa ALMA deveria ser concebido e implementado com vista a tomar em consideração as disparidades regionais e locais em relação aos jovens NEET?
10. Como é que a sua região poderia aproveitar melhor os progressos das iniciativas da UE em matéria de emprego e mobilidade dos jovens?
11. Como assegurar uma maior capacidade de previsão, preparação e resposta a situações de crise a nível local/regional neste domínio de intervenção?
12. Quais são os obstáculos que se opõem a uma execução eficaz das políticas da UE neste domínio a nível regional?
13. Quais as suas sugestões para uma ação de acompanhamento das propostas incluídas no programa de trabalho da Comissão Europeia para 2022?
14. Que contributo específico é que a sua região planificou em prol do desenvolvimento e implementação da política da UE neste domínio e como se poderia relacionar, a nível da UE, com a ação conjunta de outros intervenientes subnacionais, nomeadamente em cooperação com o Comité Europeu das Regiões?
15. A sua região gostaria de fazer alguma outra observação?